

## Capítulo 5 Chegada à UFPE e construção de caminhos (2002)

### 5.1 Um candidato bem-preparado prepara-se por dois

Entendendo que eu teria de me sair muito melhor do que me saíra no concurso da UFMS, aguardando nova oportunidade e continuando a estudar intensamente, comecei a construir a estratégia que usaria em novo certame.

Pouco tempo depois do concurso da UFMS, surgiu um concurso para a cadeira de educação inclusiva na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Redobrei os estudos, contando com o apoio de colegas de Portugal para me enviarem livros em arquivos eletrônicos da matéria, artigos e outros.

Professores de universidades dos Estados Unidos me enviaram outros tantos materiais e, embora pouco tivesse de literatura doméstica, sentia-me com conteúdo suficiente para prestar o concurso e, sobretudo, para ensinar a cadeira.

Dessa vez, eu me preparei. Preparei-me por dois. O primeiro eu, ao se inscrever no concurso de docente para a cadeira de educação inclusiva na UFPE, omitiu o fato de que era cego. Teve o cuidado de nem na documentação, nem em conversas telefônicas com o departamento sobre o edital, informar que era pessoa com deficiência. E, obviamente, não fez a inscrição pessoalmente. Sentiu um tipo de desonestidade ao omitir que era cego, mas nada lhe foi perguntado, nada foi informado.

Quando chegou o dia do certame, eu estava preparado por dois: o primeiro havia estudado como nunca para o exame, o segundo havia formatado seu computador, colocado o editor de texto e instalado o leitor de telas no seu *desktop*.

Foi com esse desktop nas costas — não, não era um laptop, mas um daqueles grandes e pesados computadores de mesa de antigamente — que cheguei à prova, carregando-o em uma mochila junto com o teclado. O computador ainda não havia sido usado sequer para abrir o editor de texto. Era um risco que eu tinha de enfrentar: se a instalação tivesse dado errado, não haveria alternativa. Não deu. Foi interessante ver alguns colegas da UFPE, digamos, “incrédulos” diante do que viam: ali estava um candidato cego. Solicitei um monitor para computadores, instalei-o e o voltei para a banca e, usando fones de ouvido para não atrapalhar a outra candidata, respondi à prova escrita enquanto os examinadores acompanhavam cada letra digitada. Isso impunha uma dificuldade a mais, já que errar não era uma opção; contudo, mostrar o que eu digitava era o que precisava ser feito.

Finalizada a prova escrita, houve ainda uma prova oral. Acreditei ter ido bem em ambas e na prova de títulos. Enquanto esperava pelo resultado, voltei para casa, em Três Lagoas. Meu desktop, deixei-o no departamento. Lembra-se da história do gato? Eu nunca mais me esqueci. Por isso, pensei que se minha colega do concurso não aceitasse bem o resultado, ela poderia tentar algo. Antevendo essa provável situação, organizei-me para deixar o computador lacrado no departamento. Se ela questionasse o uso do computador, ele estaria ali para ser examinado. Considerei que se eu fosse aprovado, voltaria e o computador estaria ali me esperando. Se fosse reprovado, o Departamento o poderia enviar pelo correio.

Passei. Passamos. Minha colega de concurso passou em segundo lugar. Ela não aceitou isso muito bem. Recorreu, entre outros argumentos, com o de que eu havia sido privilegiado por ser pessoa com deficiência. Ela estava prestando um concurso para a cadeira de educação inclusiva. Felizmente, para as crianças e jovens com deficiência que são os estudantes e alunos de nossos alunos, ela, em segundo lugar, jamais assumiu aquela cadeira: o recurso dela foi denegado e eu nunca mais ouvi falar dela.

É dito entre as pessoas vítimas de exclusão que, para serem reconhecidas como a metade, devem ser duas vezes melhores. Ninguém havia me ensinado tal expressão matemática, mas a deduzi bem cedo na escola, e isso continua sendo verdade na academia e na vida pessoal dos cidadãos com deficiência.

Depois de divulgado o resultado de minha aprovação, apresentei-me ao departamento, no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, onde fui muito bem recebido. Ser bem recebido, porém, não significa estar livre ou protegido das barreiras atitudinais, da discriminação, do preconceito, da falta de acessibilidade e do capacitismo gritante.

## **5.2 O exame admissional e a afirmação do direito ao trabalho**

Quando se passa em concurso público em uma universidade federal, tem-se de cumprir com uma série de requisitos, entre os quais o exame de admissão para o trabalho. Foi assim que cheguei à área médica responsável por me dar o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) e me deparei com uma doutora do trabalho. Acho que é assim que ela gostaria de ser chamada. Mas não sei se era doutora. O que sei é que a chamaria de incompetente, pois certamente não sabia a legislação trabalhista pertinente à área dela.

Depois de examinar minha documentação, ela me indaga o que eu iria fazer. Embora a documentação dissesse que eu havia passado em concurso para a docência,

respondi entusiasmado que daria aulas de educação inclusiva no curso de pedagogia e possivelmente em demais licenciaturas; que eu seria o primeiro professor efetivo da cadeira e que estava à frente de um grande desafio, mas que o abraçaria com dedicação. Eu continuaria a falar se ela não me interrompesse e perguntasse novamente o que eu iria fazer, como se nada do que eu falara tivesse sido ouvido ou importasse. Aí percebi onde ela estava empacada e respondi apenas curto e sóbrio, que, como a documentação informava, eu ensinaria a cadeira de educação inclusiva.

Mas a médica do trabalho não queria ouvir e disse: “Bem, vou ter de ligar para o departamento para ver o que você vai fazer, para que eu possa emitir o ASO”. Então, já com o celular na mão, disse-lhe, sem tanta fleuma, que poderia ligar para quem quisesse, mas, se não emitisse o ASO em poucos minutos, eu chamaria a Polícia Federal para prendê-la por discriminação em razão de deficiência. Ela não fez a ligação e emitiu o ASO. Os agentes não viriam e, se viessem, provavelmente não fariam cumprir a lei, mas ela não sabia disso. Eu sabia. Sabia também que a ameaça de prisão por discriminação a tiraria do conforto daquela conduta e a faria agir.

### **5.3 Existir não significa ter a existência reconhecida**

Quando cheguei à UFPE, fiz um levantamento sobre a existência de pessoas com deficiência no Centro de educação e demais na Universidade. O intuito era saber se havia outros professores com deficiência, servidores com deficiência, alunos com deficiência. A Universidade, descobri, não tinha esses dados, sequer na gestão de pessoas. Depois de questionar cada departamento, em cada Centro, muito pouco consegui de dados confiáveis. Mas descobri algo bastante inusitado: aos responderem o questionamento, o meu departamento informou que lá não havia ninguém. Descobri que, embora houvesse um estudante cego, usuário de bengala, finalizando o curso de pedagogia, o CE não dava isso como conhecido. A invisibilidade da pessoa com deficiência estava mais uma vez confirmada. Só seria mais tarde que saberia de outro professor cego na Universidade. E, pelo currículo dele, não deveria ser, nem ficar na invisibilidade.

## 5.4 Roberto Aguiar e o que a Universidade não aprendeu

Esta história não é exatamente minha e, ao mesmo tempo, poderia ser; acaba sendo, inclusive porque fui buscá-la. À frente do Centro de Estudos Inclusivos, orientei uma estudante de graduação a escrever um artigo sobre o Dr. Roberto de Oliveira Aguiar, professor que, também cego, ensinava na UFPE. Trago a história dele porque um professor, um cientista um personagem de importância como ele não pode ficar invisível. Reconheço na história daquele professor, não só uma história que antecede a minha, mas uma que ajuda a corroborar e explicar o que vivo há décadas como docente da UFPE.

Roberto Aguiar, cego desde os quinze anos, foi professor, pesquisador, orientador e gestor acadêmico. Concluiu o doutorado na *London School of Economics and Political Science*, em 1984, coordenou a Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPE, presidiu a FACEPE e construiu uma expressiva inserção nacional e internacional. Ainda assim, a Universidade jamais lhe ofereceu sequer os meios básicos de acesso aos materiais necessários ao exercício da docência: ele dependia de gravações em fitas cassete, muitas vezes custeadas por ele próprio e produzidas com a colaboração de estudantes.

Décadas depois, ao chegar à mesma Universidade, fui eu quem precisou preparar, formatar e carregar nas costas um computador de mesa para poder realizar o concurso. Depois de aprovado, ainda tive de enfrentar uma médica do trabalho que, diante de um doutor contratado para ensinar Educação Inclusiva, não conseguia compreender o que um professor cego faria na Universidade. Como o professor Roberto Aguiar tivera de fazer antes, incontáveis vezes, tive de pedir a alunos que lessem para mim provas, na época ainda respondidas com caneta, pois a Universidade não me oferecia — e ainda não me oferece — um leitor. Incontáveis vezes, custeei desde viagens até equipamentos, como computador, fones de ouvido, porque a UFPE, por meio de meus colegas de trabalho, negou-me um equipamento compatível com minhas necessidades de docente com deficiência visual. Entre a experiência de Roberto Aguiar e a minha, mudaram as tecnologias; não mudou, na medida necessária, a responsabilidade institucional de prover condições equitativas de trabalho.

Há algo ainda mais revelador na memória construída sobre o professor Roberto Aguiar que, se mudarmos os nomes, em quase nada diferenciaria a história daquele docente da deste. Refiro-me às barreiras atitudinais perpetradas contra ele, não à minha produção, ínfima quando comparada aos grandes feitos do Dr. Roberto Aguiar.

Quando pessoas que conviveram com ele foram chamadas a falar do professor e de sua inteligência, algumas destacaram, com admiração, que ele era capaz de tomar o metrô sozinho. A autonomia de uma pessoa cega pode e deve ser reconhecida; o problema está na desproporção do olhar. Diante de um intelectual que concluiu doutorado de relevância internacional, formou pesquisadores, dirigiu instituições científicas, estabeleceu convênios acadêmicos e produziu pensamento político, reduzir o assombro à capacidade de deslocar-se sozinho mostra que nem mesmo muitos dos que com ele conviveram souberam aquilatar a importância de sua contribuição. Enxergaram o feito cotidiano da pessoa cega, em vez de reconhecer a obra do professor e do intelectual.

Esse rebaixamento da medida pela qual se avalia uma pessoa com deficiência é uma forma de barreira atitudinal. Ele troca a pergunta sobre aquilo que o sujeito produziu pela surpresa diante daquilo que, preconceituosamente, se imaginava que ele não pudesse fazer. Não se trata de negar o valor da autonomia, mas de recusar que ela seja usada como teto para o reconhecimento. A capacidade do Dr. Roberto Aguiar não se demonstrava porque ele tomava o metrô sozinho; manifestava-se na densidade de suas aulas, no rigor de suas perguntas, na formação de seus orientandos, em sua atuação científica e na coragem de intervir na vida universitária.

Na atuação daquele docente, também reconheço outro princípio de minha própria atuação. A contribuição acadêmica não se limita a adaptar-se ao que já existe; muitas vezes, exige criar a alternativa que ainda não foi admitida, nomear o que a instituição naturalizou e assumir as consequências de sustentar uma posição que rompe a comodidade do consenso.

Ao trazer o Professor Roberto Aguiar para estas páginas, não o apresento como antecedente em uma narrativa de superação. Trago-o como professor cuja obra deveria ter ensinado a Universidade a não repetir, com outros docentes com deficiência, a mesma ausência de condições laborais, as mesmas barreiras atitudinais. O fato de eu ter enfrentado, décadas mais tarde, barreiras que ele já havia enfrentado revela uma falha de memória institucional. Uma universidade aprende verdadeiramente com seus professores quando transforma a contribuição deles em prática, responsabilidade e garantia para os que vêm depois. A UFPE não aprendeu. Terá aprendido quando este professor se for? Melhor que minha resposta, será a que derem vocês, a partir de suas reflexões, meu leitor, meus colegas de universidade, se algum dia lerem estas memórias.